REVISTA CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

Inclusão escolar: vivências de um estudante em meio à implementação das políticas pós LDB 9394/96

School inclusion: experiences of a student amid the implementation of post-LDB 9394/96 policies

Inclusión escolar: experiencias de un estudiante en medio de la implementación de políticas post LDB 9394/96

DOI: 10.55905/revconv.18n.9-109

Originals received: 8/8/2025
Acceptance for publication: 9/2/2025

Augusto André Pacheco
Licenciado em História
Instituição: Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)
Endereço: Venâncio Aires – Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: augusto.pacheco@universo.univates.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-2199-2422

Morgana Dômenica Hattge
Doutora em Educação
Instituição: Universidade do Vale do Sinos (UNISINOS)
Endereço: Lajeado – Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: mdhattge@univates.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4716-0410

Ana Caroline Krenczinski de Lima
Estudante do Curso Normal – Ensino Médio
Instituição: Colégio Estadual Presidente Castelo Branco
Endereço: Lajeado – Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: ana.lima8@univates.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-3816-9911

Indiamara Rodrigues dos Santos
Licenciada em Pedagogia
Instituição: Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)
Endereço: Lajeado – Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: indiamara.santos@universo.univates.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-6827-4001

RESUMO
Este estudo tem como objetivo analisar a interseção entre as políticas públicas de inclusão escolar no Brasil e a trajetória escolar de um dos autores do estudo. Trata-se de uma análise vinculada ao Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq). A pesquisa acompanha a

trajetória do estudante, desde sua inserção na escola até o início do Ensino Médio, buscando compreender como as transformações nas políticas educacionais influenciaram sua experiência escolar. A partir de uma análise documental da legislação brasileira, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e da experiência pessoal do estudante, este estudo de caso investiga a complexidade da inclusão no cotidiano da escola. Inicialmente, o estudo aborda a importância da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), evidenciando o papel dessas instituições. Em seguida, analisa as dificuldades enfrentadas pela família para encontrar uma escola que oferecesse atendimento adequado para o seu aprendizado. A pesquisa também discute a importância da tecnologia assistiva, destacando o papel do computador como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do estudante, bem como da acessibilidade arquitetônica. Por fim, o trabalho conclui que a inclusão escolar é um processo contínuo que exige a colaboração de diversos atores sociais. A análise demonstra que, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de formação continuada dos professores e a adaptação das escolas para atender às necessidades de todos os alunos.

Palavras-chave: inclusão escolar, educação especial, políticas públicas, tecnologia assistiva, acessibilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the intersection between public policies for school inclusion in Brazil and the educational trajectory of one of the study's authors. This analysis is linked to the Curriculum, Space, Movement Research Group (CEM/CNPq). The research follows the student's trajectory, from their initial schooling to the beginning of high school, seeking to understand how changes in educational policies have influenced their school experience. Based on a documentary analysis of Brazilian legislation, with emphasis on the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB), and the student's personal experience, this work investigates the complexity of inclusion in the daily life of schools. Initially, the study addresses the importance of the Association of Parents and Friends of the Disabled (APAE), highlighting the role of these institutions. It then analyzes the difficulties faced by the family in finding a school that offered adequate support for their learning. The research also discusses the importance of assistive technology, highlighting the role of computers as a fundamental tool for student development, as well as architectural accessibility. Finally, the study concludes that school inclusion is an ongoing process that requires the collaboration of various social actors. The analysis shows that, despite progress, there are still challenges to be overcome, such as the need for ongoing teacher training and the adaptation of schools to meet the needs of all students.

Keywords: school inclusion, special education, public policies, assistive technology, accessibility.

RESUMEN

Este estudio busca analizar la intersección entre las políticas públicas de inclusión escolar en Brasil y la trayectoria educativa de uno de sus autores. Este análisis está vinculado al Grupo de Investigación Currículo, Espacio y Movimiento (CEM/CNPq). La investigación sigue la trayectoria del estudiante, desde su escolarización inicial hasta el inicio de la secundaria, buscando comprender cómo los cambios en las políticas educativas han influido en su experiencia escolar. A partir de un análisis documental de la legislación brasileña, con énfasis en la Ley de Directrices y Bases para la Educación Nacional (LDB), y de la experiencia personal

del estudiante, este trabajo investiga la complejidad de la inclusión en la vida cotidiana de las escuelas. Inicialmente, el estudio aborda la importancia de la Asociación de Padres y Amigos de Personas con Discapacidad (APAE), destacando el papel de estas instituciones. Posteriormente, analiza las dificultades que enfrenta la familia para encontrar una escuela que ofrezca el apoyo adecuado para su aprendizaje. La investigación también aborda la importancia de las tecnologías de asistencia, destacando el papel de las computadoras como herramienta fundamental para el desarrollo del estudiante, así como la accesibilidad arquitectónica. Finalmente, el estudio concluye que la inclusión escolar es un proceso continuo que requiere la colaboración de diversos actores sociales. El análisis muestra que, a pesar de los avances, aún existen desafíos por superar, como la necesidad de formación continua del profesorado y la adaptación de los centros educativos para atender las necesidades de todo el alumnado.

Palabras clave: inclusión escolar, educación especial, políticas públicas, tecnología de asistencia, accesibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar ainda é uma conquista recente em termos de História da Educação. No Brasil, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a temática passou a ganhar força. Em seguida, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, vemos o início de uma trajetória nada fácil. Neste texto faremos uma breve retomada das bases históricas da inclusão escolar e, a partir da sua efetivação enquanto política pública na área da Educação, analisaremos a implementação dos seus princípios em paralelo à análise da trajetória escolar de um dos autores do texto.

Nosso objetivo é compreender de que modo se cruzam as vivências de Augusto no ambiente escolar e as ações de implementação das políticas de inclusão no Brasil. Inicialmente, apresentamos as motivações do estudo, objetivo e metodologia. Na segunda seção, apresentamos a retomada histórica que culmina com a LDBEN. Na terceira seção, passamos a analisar paralelamente, conforme já anunciamos, fatos da vida escolar de Augusto relacionados ao seu processo particular de inclusão na escola ao mesmo tempo em que desenhamos um panorama do modo como a implementação da legislação acontece ao longo do tempo. Nas considerações finais, retomamos nosso objetivo de analisar como a legislação, ao ser implementada na prática escolar, influencia as experiências individuais de alunos com deficiência, como no caso de Augusto, e quais os desafios e oportunidades que esse processo revela.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção tem como objetivo (re)contar a história das pessoas com deficiência no contexto do ocidente, buscando na História alguns elementos que nos ajudam a compreender o modo como hoje compreendemos a deficiência.

Conforme Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013) muitas foram os modos de ver e compreender a pessoa com deficiência passando pelo misticismo, abandono, extermínio, bem como modos de enxergálas com caridade, promovendo segregação, exclusão e integração.

E é sobre essas diferentes perspectivas que teceremos nossas análises no presente artigo. Nos importa compreender melhor o contexto histórico, dando visibilidade ao modo como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da história da humanidade. Com esse objetivo, iniciaremos pelos períodos das civilizações antigas até chegar nos dias atuais, tendo como foco países do hemisfério ocidental.

Começando pela antiguidade, segundo Alves e Pacheco (2007), as tribos de caçadores-coletores tinham o hábito de abandonar os membros deficientes e idosos do grupo que tinham dificuldade em acompanhar o bando durante as caçadas e a coleta de frutos. Na época da Grécia clássica, por exemplo, praticamente todas as cidades-estados gregas adotavam essa prática. Por muito tempo, essa realidade foi bastante comum.

Conforme o pensador grego Plutarco (1985), na cidade de Esparta, logo após o parto, os recém nascidos eram levados a um conselho de sacerdotes, que faziam uma análise detalhada do corpo da criança e no caso de ser constatada qualquer deformidade aparente ou fraqueza corporal, poderia ser dada a ordem para a criança ser abandonada nas florestas ou ser jogada do topo do Monte Taigeto, nos arredores de Esparta. No caso de não ser percebida nenhuma deficiência no primeiro momento, as crianças eram levadas normalmente para escolas espartanas onde aprendiam, principalmente, sobre combate para ingressarem no exército com 18 anos. Essas escolas pertenciam ao estados e as crianças raramente podiam visitar suas famílias. Porém, se algum aluno desenvolvia uma deficiência ao longo dos primeiros anos de vida, ele também era morto.

A cidade de Atenas já possuía uma concepção um pouco diferente em relação à pessoa com deficiência, o que pode ser percebido em uma passagem do filósofo Aristóteles (346 a.c): “Existe uma lei que diz que todo ateniense cujos os bens não ultrapassem três minas e cujo o

corpo esteja tão mutilado ao ponto de não lhe permitir qualquer trabalho ele deve receber dois óbulos (moedas) para sua alimentação" (Duarte, 2016). Porém, uma coisa importante a ser mencionada, é que somente os homens que fossem considerados cidadãos de Atenas recebiam tal ajuda. Para ser considerado um cidadão você precisava ser homem, ser maior de 18 anos, dono de terras e filho de pai e mãe ateniense. Portanto, esse benefício se restringia a homens ricos que tinham sido feridos em batalhas, de modo que os demais cidadãos não tinham acesso a esse auxílio.

Moises e Stockmann (2020), mencionam que com a queda da civilização grega e a conquista romana da Grécia no ano 146 a.C., os romanos acabaram adotando muitos costumes gregos. Portanto, o assassinato de filhas e filhos com deficiência física e intelectual continuou acontecendo com uma pequena diferença, pois conforme colocado nas leis das 12 tábuas do direito romano, era dever do *pater familias* (pai da família em latim) ficar responsável pela educação dos seus filhos, em habilidades como a oratória e o aprendizado das leis romanas. Assim sendo, como está expresso na quarta tábua, o pai da família tinha todo o poder para matar seus filhos que fossem deficientes. O principal método utilizado na época costumava ser o afogamento ou colocar a criança em um cesto e jogá-la no rio Tibre para que a correnteza a levasse.

Na Era Medieval, segundo Moisés e Stockman (2020), a concepção romana sobre deficiência começou a mudar de forma significativa a partir do século IV d.C., quando o Cristianismo, que até então era uma seita monoteísta do Oriente Médio liderada por Jesus de Nazaré, começou a ganhar cada vez mais adeptos dentro do Império. Com a publicação do edito de Milão em 313 d.C., que deu liberdade de culto aos cristãos e incentivou a conversão do imperador neste mesmo ano ao Cristianismo, não demoraria muito para essa crença se tornar a única permitida dentro de Roma.

Esse novo culto que pregava acima de tudo o amor entre todos os seres humanos como irmãos e filhos de Deus, começou a enxergar a pessoa com deficiência não como um ser que precisava ser eliminado no exato momento que nascia, como se pensava até então, mas sim como um filho de Deus que tinha uma alma e possuía direito à vida. Entretanto, vale destacar que apesar de pessoas com deficiência não serem mais assassinadas com tanta frequência, essa ainda era uma época de constante luta entre fé e ciência, de modo que a primeira, especialmente entre os séculos V e X — na fase inicial do período medieval —, reinava absoluta, enquanto a segunda

ainda dava seus primeiros passos. Portanto, o que se sabia sobre deficiências físicas e mentais estava muito envolto em preconceitos, estereótipos e misticismo. Assim, a vida do deficiente continuava sendo difícil mesmo com seu direito à vida garantido.

Conforme Fagundes (2023), a ascensão do Cristianismo trouxe um papel central no ato da benevolência e caridade cristã, o que possibilitou a criação de vários hospitais para tratar enfermos, especialmente na França e em reinos da atual Alemanha. Como exemplo, temos o Hospital dos Pobres e Incapazes, construído pelo rei Franco Childebert, em Lyon, na França, no ano 542 d.C. No entanto, Fagundes (2023) destaca que apesar dos avanços na preocupação e tratamento de pessoas com deficiência, a igreja católica continuava reafirmando a incapacidade de viver em sociedade e exercer uma função respeitável na época. Pois nos primeiros séculos da era cristã, era expressamente proibido que pessoas com deficiência entrassem para o clero como padres ou sacerdotes. Esse fato é confirmado pelo Papa Gelásio I que reinou do ano 492 a 496 d.C., onde ele afirma que: "os postulantes (candidatos a clérigos) não podem ser analfabetos ou ter uma parte do corpo incompleta ou imperfeita" (Fagundes, 2023).

Segundo o mesmo autor, era muito comum que pessoas com deficiência fossem aceitas dentro das igrejas ou conventos para fazer alguns trabalhos básicos, como muito bem retratado no livro "O corcunda de Notre-Dame", publicado em 1831 pelo escritor francês Victor Hugo. A obra que se passa em 1482, Paris, tem como personagem principal Quasímodo, um órfão que por ser corcunda acaba sofrendo bastante preconceito (Hugo, 2013). É interessante notar nessa obra que Quasímodo acaba sendo adotado pelo clérigo Claude Frollo que coloca o jovem para viver no alto do campanário da catedral de Notre-Dame, afastado da sociedade, obrigando-o a tocar os sinos da catedral todos os dias. É importante destacar que, ao mesmo tempo que Frolo cuida do rapaz, ele faz questão de enfatizar o quanto ele é diferente e como a sociedade não iria aceitá-lo; o próprio nome Quasímodo, que foi dado pelo clérigo, significa "meio formado" (Hugo, 2013). Portanto, essa obra literária também é um ponto de partida para entender como era a mentalidade da época em relação à pessoa com deficiência, que, ao mesmo tempo em que era oferecida ajuda por meio da caridade, havia também a tentativa de isolar o indivíduo do restante da sociedade e enfatizar suas diferenças.

Outra prática bastante comum era o abandono de muitos deficientes, encontrados nas ruas de grandes cidades, como Paris e Londres, pedindo dinheiro para tentar sobreviver. Não é à toa que Santo Egídio, o santo padroeiro dos deficientes, também é o padroeiro dos moradores de rua;

já na zona rural, pessoas com deficiência visual poderiam ter uma vida relativamente normal trabalhando como agricultores para os senhores feudais. Isso acontecia devido ao seu tato apurado que era capaz de selecionar os melhores grãos para colheita.

Conforme Fagundes (2023), os circos itinerantes foram uma forma de diversão muito presente na Idade Média e muitos dos membros desses circos eram pessoas com deficiência intelectual, bem como pessoas com deficiências físicas; nesses shows elas eram incentivadas a agirem de forma engraçada ou fazer piadas que enfatizavam seu corpo. Esses espetáculos acabaram se tornando os precursores dos chamados "circos dos horrores" que foram populares em toda Europa até o século XIX.

Gugel (2009) menciona outra prática recorrente na época medieval e também na Idade Moderna, que era a venda dos próprios filhos com deficiência para atuar como serventes na casa de famílias ricas. Como exemplo, temos o caso de Catarina de Médici, que foi rainha da França entre os anos de 1547-1559. Essa monarca, em particular, possuía em sua equipe de servos um anão polonês que trabalhou como mordomo da rainha até a morte dela. Gugel (2009) também afirma que na função de servente do monarca, durante a Idade Média até o século XVII, as pessoas com nanismo eram as mais populares entre as famílias reais europeias. Suas funções no castelo poderiam ser bem diversas, indo de camareiros a damas de companhia. Entretanto, sua função mais comum eram as de cuidadores dos príncipes e princesas, pois como essas pessoas eram adultos com a altura de uma criança, considerava-se, segundo a mentalidade da época, que essas eram pessoas puras e inocentes que compreenderam bem a criança, logo, essas seriam pessoas ideais para servir como cuidadores. Esses servos poderiam atuar até mesmo como atores, pois era muito comum que em dias especiais, como festas de casamento e celebrações de Natal, acontecessem encenações de peças teatrais de contos de fada dentro dos castelos e os anões geralmente interpretavam papéis de seres mágicos, como duendes e gnomos.

Conforme Silva (2021), já no final da Idade Média, em meados do século XIV, com o começo da epidemia da peste bubônica, que matou mais de 75 mil pessoas (o equivalente a 2/3 da população da Europa) e o declínio do sistema feudal, paira no ar uma instabilidade muito grande para o continente. Com isso, muitas camadas da sociedade começam a procurar culpados para todos esses problemas. A partir disso, a ideia de que essa doença era um castigo de Deus ou até mesmo uma armadilha do diabo começou a ganhar força entre a população. Com base nisso, foi ganhando notoriedade, a partir do século XIV, o tribunal do Santo Ofício, mais conhecido

como inquisição, que tinha como função investigar e punir todos aqueles que fossem contra os ideais impostos pela igreja, que praticavam bruxaria, ou supostamente possuíam um demônio dentro de seus corpos. Segundo Silva (2021), essa pessoas que eram chamadas de hereges eram submetidas a várias formas de tortura e acabavam sendo mortas na fogueira. Esse evento histórico que ficou conhecido como "Caça às bruxas" teria matado, entre os séculos XIV e XVII, 100 mil pessoas na Europa e na América do Norte, sendo mais da metade composta por mulheres. Porém, entre as vítimas também estão vários deficientes, principalmente pessoas com deficiência intelectual grave, e embora o preconceito com pessoas com deficiência tenha ocorrido em toda Idade Média, foi em seu final que tornou-se mais severo. Esse fenômeno histórico que ficou conhecido como Renascimento mudou radicalmente a concepção do europeu sobre muitas questões e podemos incluir aí o olhar para as pessoas com deficiência, pois se até aquele momento a deficiência era vista como obra divina, a partir do Renascimento ela passou a ser vista simplesmente como uma doença que com certos cuidados poderia ser tratada ou até curada.

Com isso, começou a surgir uma atenção à educação e cuidado para com as pessoas com deficiência. Segundo Strobel (2008), um bom exemplo pode ser visto no trabalho do médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576), que foi um dos primeiros intelectuais a criar uma língua rudimentar de sinais para ensinar as crianças surdas a ler e escrever: "[...] Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos" (Strobel, 2008, p.19). O trabalho de Cardano inspirou o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) a criar a base da moderna Língua de Sinais.

Conforme Silva (2021), as deficiências mentais demoraram um pouco para ganhar destaque dentro da comunidade científica, passando a contar com estudos relevantes apenas a partir das pesquisas do médico francês Philippe Pinel (1745-1826). Fortemente inspirado pelas ideias iluministas, Pinel publicou seu tratado médico-filosófico sobre alienação mental em 1801, no qual defendia que doenças mentais eram causadas por situações de estresse e mudanças genéticas.

Em todos os hospitais em que trabalhou durante a carreira, Pinel aboliu métodos antigos e cruéis de tratamento. Porém, vale destacar que as ideias de Pinel nem sempre foram aceitas. Mesmo após a publicação de seu manifesto médico em 1801 não era incomum encontrar na Europa hospitais psiquiátricos que tratavam os pacientes como verdadeiros criminosos. Portanto, pode-se notar que apesar dos avanços, a deficiência mental ainda era vista como uma praga divina por muitos europeus. Conforme Casagrande (2023), no ano de 1797 vem à tona o caso

do menino Victor, mais conhecido como menino selvagem de Aveyron. Victor teria nascido no sul da França no ano de 1788 e o mais peculiar sobre seu caso é o fato de que, apesar de ser um menino, ele agia e se comportava como um lobo, andando em quatro pés, latindo e rosnando. O menino foi avistado pela primeira vez em 1797, quando foi capturado por caçadores, porém, logo depois, conseguiu fugir. Nos dois anos seguintes, Victor foi visto por moradores da região diversas vezes. Em 1800, o menino foi voluntariamente em busca de comida e foi capturado novamente, levado ao orfanato, considerado mentalmente deficiente. Logo, foi adotado pelo jovem médico Jean Marc Itard que interessou-se por esse caso. A partir disso, o médico elaborou um método de repetição de palavras para ensinar o menino a falar e dar uma recompensa a cada acerto de palavras. Apesar de Victor ter passado a vida com a fala limitada, o método de Itard foi revolucionário. Itard é considerado o pai da educação especial.

Falando mais especificamente do Brasil, conforme Saraiva e Pereira (2017), antes da conquista do território por Pedro Álvares, em 1500, com a maioria dos povos caçadores-coletores, os nativos já praticavam a eliminação e exclusão dos membros com deficiência do grupo. Com a chegada dos colonos portugueses ao território do atual Brasil, essa dinâmica começa a mudar gradualmente. Desde o começo, a colonização tinha como um de seus objetivos introduzir aos povos originários a cultura e religião cristã europeia; essa cultura tinha como um de seus maiores princípios a caridade e o cuidado com os enfermos. Com isso não é de estranhar que a Santa Casa de Misericórdia, construída na atual cidade de Santos, tenha sido erguida logo nos primeiros anos de colonização, em 1542. Segundo as mesmas autoras, o número de deficientes físicos e mentais na colônia do Brasil era alto, isso em decorrência de uma série de fatores, e um deles foi a escravização de negros africanos, que permitia que muitas práticas cruéis fossem realizadas.

Conforme Magalhães (2010), dos mais de 4 milhões de africanos trazidos para o Brasil, mais de 40% sofria de alguma doença ou ferimento ao longo da viagem em decorrência dos maus tratos e péssimas condições de higiene. Segundo o mesmo autor, a maior parcela de escravos no Brasil era de rapazes entre 15 e 30 anos que trabalhavam nas plantações e em minas, trabalhos esses que podem causar várias enfermidades, como problemas de coluna e hérnias de disco que quando não tratadas podem causar deficiências físicas. Para os escravos que tentassem fugir, a situação era ainda pior, pois se fossem pegos poderiam ter suas mãos e pés cortados. Esse tipo de tratamento fazia com que muitos escravizados se tornassem pessoas com deficiência, sem

possibilidade de retornar ao trabalho. Assim, as ruas das grandes capitais da colônia ficaram cheias de ex-escravos que foram abandonados por seus senhores por serem considerados improdutivos devido a sua deficiência. Mas não eram apenas escravos que poderiam sofrer com deficiências durante a vida; os colonos portugueses também poderiam sofrer com o calor tropical e doenças com as quais não estavam acostumados na Europa, como câncer de pele, devido ao sol forte do nordeste e norte do Brasil, que em casos graves poderiam causar necrose (morte dos tecidos da pele), e consequentemente a amputação de membros inteiros.

Com advento, tantas pessoas com deficiência e falta de higiene, a coroa portuguesa, no século XVIII, arrecadou fundos para a construção de quatros grandes hospitais nas cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, eles não eram suficientes para atender a população e, em geral, viviam lotados, com deficientes, moradores de rua e doentes vivendo em situação de extrema miséria.

Conforme Santana (2010), a partir dessa difícil realidade, o abandono de crianças com deficiência tornou-se comum. Com isso, a instituição conhecida como Roda Exposta tornou-se extremamente importante no Brasil colonial. A Roda dos Expostos foi uma instituição criada para ajudar crianças abandonadas no reino de Portugal, que foram exportadas para o Brasil no começo da colonização, seu nome faz referência ao mecanismo de madeira de formato circular que existiam em todas vilas da colônia onde os bebês eram abandonados. A roda era colocada na janela do estabelecimento de ajuda no qual se tocava um sino presente para avisar um funcionário. Após o abandono, a criança era registrada na matrícula dos expostos e entregue aos cuidados de uma ama de leite e posteriormente era levada para a adoção. A primeira roda chegou ao Brasil no ano de 1734 e foi colocada do lado de fora da Casa de Misericórdia de Salvador, na Bahia. Conforme Santana (2010), muitos colocados na roda dos expostos eram crianças com algum tipo de deficiência física ou mental, que eram abandonadas pelos pais e entregues aos hospitais e asilos, geralmente comandados pela igreja católica que tinham pouco ou nenhum preparo para cuidar de uma pessoa nestas condições. Na maioria dos casos, não se tinha nenhum tipo de educação para crianças com deficiência e aquelas não eram adotadas, ficavam nos orfanatos pelo resto da vida. Estima-se que pelo menos 40% das crianças que eram colocadas na roda durante o Brasil colonial não chegavam à idade adulta devido à falta de cuidados, doenças ou maus tratos. A Roda dos Expostos foi uma das instituições mais duradouras da história do Brasil, só sendo extinta definitivamente em 1950.

Segundo Sousa (2016), em meados do século XIX, o isolamento das pessoas com deficiência eventualmente ainda acontecia. Por exemplo, um costume comum na Inglaterra Vitoriana (1837-1901), entre as famílias mais ricas, era construir um aposento no segundo andar das casas para isolar seus familiares com deficiência, que para as famílias eram sinônimo de vergonha. Ainda se encontravam deficientes nas ruas e hospitais, especialmente pertencentes à classe baixa europeia. Porém, com advento da Revolução Industrial, a população de grandes cidades europeias, como Londres e Paris, começou a crescer, o que fez com que muitos grupos marginalizados da sociedade, como operários, mulheres e também pessoas com deficiência, começassem a clamar por maior preocupação com o bem social dos estados-nações com grupos minoritários. A partir dessa realidade, organizações pelos direitos das pessoas com deficiência não demoram para aparecer. De acordo com Sousa (2016), nos séculos XIX e XX, vários educadores iniciaram pesquisas revolucionárias para a época que ajudaram a diagnosticar diversos tipos de deficiências, ajudando também a educar pessoas nestas condições, como exemplo pode-se citar o trabalho de Maria Montessori (1870 -1952). Montessori foi uma médica educadora italiana que estabeleceu um importante método para educação de crianças com deficiência, assim como deu grandes passos para a criação de classes especiais por toda Europa. O método de Montessori baseava-se, principalmente, na autonomia por parte do estudante, ou seja, o aluno deve ter liberdade de estudar por conta os conteúdos que mais despertam-lhe interesse, com o professor sendo, nesse caso, apenas um mediador para que os alunos alcancem seus objetivos. Para Montessori também é muito importante que os professores adaptem-se às demandas e ou tempo de aprendizado de cada estudante. Esse método que é o completo oposto de uma forma de ensino tradicional, que por sua vez tem o professor como figura central do ensino, mostrou-se muito eficiente e foi importado para vários países do mundo.

Conforme Sousa (2016), ao mesmo tempo que a educação especial começava na Europa, na América do Norte ela também avançava a passos lentos. A primeira escola de educação especial dos Estados Unidos foi fundada em 1817 em Connecticut, sendo focada no ensino para surdos e mudos. No Canadá, em Montreal, no ano de 1848, foi criada uma escola para meninos com deficiência visual sendo a primeira da América do Norte focada em deficiência visual. Em 1832, foi fundada em Ohio, uma escola que se tornou a primeira para cegos, inteiramente bancada pelo estado, despertando os olhares da sociedade americana para com as pessoas com deferência.

Foi criado em 1848, no Estados de Massachusetts, o primeiro internato para deficientes mentais da América do Norte, sendo introduzidas posteriormente várias escolas do gênero por toda a região da nova Inglaterra, porém, já no começo do século XX, os internatos passaram a ser vistos como lugares para pessoas sem possibilidade de educação e que separavam pessoas do convívio social. Com isso, muitos internatos foram fechados e alunos com deficiência passaram a ser colocados em classes especiais de escolas regulares.

No Brasil Imperial, conforme Gonçalves (2014), a educação no Brasil em seus primeiros anos era extremamente precária. Ainda mais se considerarmos que as pessoas com deficiência não receberam nenhum espaço na Constituição Imperial de 1824. Portanto, pode-se concluir que, até a segunda metade do século XIX, a educação especial no Brasil era praticamente inexistente. A primeira iniciativa do governo sobre a educação de pessoas com deficiência surgiu somente em 1854, quando o imperador Dom Pedro II fundou na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Imperial dos Meninos Cegos. Esse instituto foi criado por incentivo de José Alves de Azevedo, jovem deficiente visual que conseguiu estudar na escola para cegos de Paris, e junto com o imperador conseguiu sensibilizar a sociedade para essa causa. Os primeiros livros de escrita em braile chegaram ao Brasil em 1856 através de doação pessoal do imperador. Entretanto, vale destacar que, apesar da população de pessoas cegas chegar a 16 mil pessoas em 1872, o número de alunos do instituto neste mesmo ano era de apenas 35. Portanto, a Educação Especial era para poucos e demorou para chegar a um número maior de pessoas.

Conforme Gonçalves (2014), em 1857 foi fundado o Instituto Imperial de surdos-mudos. Essa escola começou a atender apenas, e desde de seu início, a elite, tendo como foco oferecer cursos profissionalizantes para meninos e meninas de 7 a 14 anos. Para as pessoas com deficiência intelectual, por sua vez, foram criadas duas instituições nos anos finais do Império: a primeira foi criada em 1874, sendo chamada na época de Hospital Estadual de Salvador, que visava tratar principalmente pacientes com Síndrome de Down e esquizofrenia; o outro estabelecimento foi a escola México criada no Rio de Janeiro em 1887, sendo importante por ser uma das primeiras classes para deficientes no Brasil. Essa escola não atendia apenas pessoas com deficiência intelectual, mas também visual e física.

Conforme Gugel (2009), o século XX trouxe muitas inovações para a vida das pessoas com deficiência, especialmente no que se refere a equipamentos tecnológicos, como cadeiras de rodas, bengalas e sistemas de educação especializado que já eram usados em séculos anteriores,

mas que foram mais amplamente difundidos e disponibilizados no século XX. Por volta de 1902 a 1912, inicia-se uma preocupação de vários grupos sociais em relação às pessoas com deficiência, especialmente referente a sua qualidade de vida e como integrá-las à sociedade.

Com o fim da primeira grande guerra em 1918, começou a se tratar novamente de questões sobre como reabilitar e ajudar a pessoa com deficiência após o conflito, pois segundo Pereira (2017), estima-se que 21 milhões de soldados ficaram feridos de forma permanente. Em 1919, com a assinatura do tratado de Versalhes a paz foi finalmente formalizada. Embora ela tenha durado apenas 20 anos, essa reunião não deixa de ser importante, pois a partir dela também foi criada a organização internacional do trabalho, que tinha como um dos objetivos reabilitar soldados feridos para voltarem a trabalhar.

No contexto da Segunda Guerra, conforme Gugel (2009), estima-se que pelo menos 275 mil pessoas, incluindo adultos e crianças com deficiências, foram mortas na Alemanha entre 1939-1945, sendo que no mesmo período mais de 400 mil pessoas com tendências genéticas para a cegueira, surdez e distúrbios mentais foram esterilizadas à força em nome da suposta pureza racial. Em 1945, os Estados Unidos que estavam combatendo a Alemanha, Itália e Japão junto com a França, Reino Unido e União Soviética jogaram uma bomba atômica nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Esse triste acontecimento encerrou a Segunda Guerra Mundial e devastou as duas cidades, deixando um saldo de 222 mil mortos e ocasionando sequelas permanentes nos que sobreviveram, como doenças e deficiências devido à radiação. Com o fim da guerra e a derrota do nazismo, o mundo precisou se reorganizar para reconstruir cidades devastadas, acolher crianças órfãs e ajudar soldados mutilados pelos combates. Com esse e outros propósitos foi criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), um grande órgão internacional que visava garantir a paz entre as nações, formular direitos iguais para deficientes e outras minorias dentre outros objetivos. Dentro dessa organização foram criadas várias instituições menores, como a ENABLE (Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência), que tinha como principal objetivo promover saúde, educação e bem estar para pessoas com deficiência. Outro marco importante para as pessoas com deficiência aconteceu em 1948, quando a ONU publicou a Declaração universal dos direitos humanos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa traçada neste estudo se configura como um estudo de caso e baseia suas análises em trechos da narrativa da vida escolar de Augusto. Como participante voluntário do Grupo de Pesquisa CEM, Augusto sempre trouxe exemplos de suas vivências desde a entrada na escola até a chegada ao Ensino Superior e essas narrativas subsidiaram algumas discussões e estudos no contexto da inclusão escolar. Ao acompanhar a trajetória escolar de Augusto desde o nascimento, evidencia-se a complexidade da implementação da política de inclusão no Brasil. Os trechos selecionados para estudo foram analisados à luz da história recente da legislação que subsidia os processos de inclusão escolar no Brasil, possibilitando construir as inferências aqui apresentadas. A análise da experiência individual em consonância com a evolução da legislação educacional brasileira, especialmente a LDB, revela tanto os avanços quanto os desafios presentes nesse processo. A importância das APAEs na primeira infância, as dificuldades em encontrar escolas inclusivas, a relevância da tecnologia assistiva e a necessidade de adaptações arquitetônicas são pontos cruciais destacados na pesquisa. Os resultados apontam para a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre a formação de professores e a adaptação das escolas para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, demonstrando que a inclusão escolar é um processo contínuo e que exige a colaboração de diversos atores sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar ainda é uma conquista recente em termos de História da Educação. No Brasil, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a temática passou a ganhar força. Em seguida, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, vemos o início de uma trajetória nada fácil. Neste texto fizemos uma breve retomada das bases históricas da inclusão escolar e, a partir da sua efetivação enquanto política pública na área da Educação, analisaremos a implementação dos seus princípios em paralelo à análise da trajetória escolar de um dos autores do texto, apresentando seu depoimento em itálico para diferenciar das demais citações.

Quadro 1 – Diagnóstico

Eu, Augusto André Pacheco, nasci no dia 6 de outubro de 2000, na cidade de Venâncio Aires, no estado do Rio Grande do Sul. No meu nascimento ninguém percebeu algum sinal de deficiência em meu corpo, porém tendo passado um ano eu demonstrava pouco equilíbrio corporal e também não estava conseguindo andar; com isso fui levado a uma médica que constatou que eu possuía paralisia cerebral. A paralisia afeta especialmente as pernas e também a coordenação das mãos. Portanto, eu precisaria usar cadeira de rodas permanentemente.

Fonte: autoria própria

Nascido em um contexto de implementação bastante recente das políticas inclusivas brasileiras, Augusto vivenciou os primeiros anos de escolarização sob a égide da LDBEN 9394/96. A referida lei é um marco na legislação educacional por indicar que os estudantes com deficiência fossem matriculados em escolas comuns, em detrimento das escolas e classes especiais, destino comum para a maioria das crianças com deficiência antes de 1996. Mas é sabido que qualquer lei possui um tempo de regulamentação e implementação, pois é preciso que as instituições sociais se adequem ao novo texto e no caso da Educação não é diferente. Assim, quando do nascimento de Augusto, muitas redes de ensino ainda estavam se organizando para atender a essa nova prerrogativa.

Um importante documento que regulamenta os processos de inclusão escolar é a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11de setembro de 2001 (Brasil, 2001) que indica as diretrizes para a educação especial na Educação Básica. A lei indica muitos avanços para os processos de inclusão escolar, no entanto as ações são implementadas gradativamente e isso pode ser percebido em cada um dos relatos de Augusto acerca de sua inserção em espaços educacionais desde a mais tenra idade.

Quadro 2 - APAE

Assim, foi indicado que começassem, a partir dos 4 anos de idade, os atendimentos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da minha cidade. Lá, tive consultas com psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentre outros profissionais, e frequentei a APAE por 7 anos.

Fonte: autoria própria

O relato de Augusto exemplifica uma situação bastante comum no início dos anos 2000, que foi essa vivência das crianças frequentarem a APAE antes de ingressarem na escola comum, ou mesmo frequentar as duas concomitantemente. A referida resolução estabelece a inclusão escolar como direito de todos os alunos, priorizando a matrícula e frequência em classes comuns do ensino regular, com apoio especializado. No entanto muitas escolas alegavam despreparo e

falta de recursos, indicando ainda a frequência em APAEs de modo complementar. A implementação dessa resolução foi um processo gradual e desafiador, marcado por avanços e obstáculos, e a experiência de cada aluno é única, não se limitando apenas à frequência em APAEs. De acordo com Thoma e Kraemer (2017) a resolução (Brasil, 2001) materializou os princípios democráticos, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar na implementação gradual de uma educação inclusiva.

Quadro 3 - Escola

Minha família tentou me matricular em várias escolas públicas da cidade, porém todas afirmavam que não teriam condições de receber uma criança com deficiência. Isso só mudou quando minha mãe me levou a uma escola particular e a diretora disse que poderia me receber e a professora do jardim de infância também concordou, com isso passei a frequentar a escola pela manhã e a APAE à tarde.

Fonte: autoria própria

O trecho acima destacado no depoimento ora analisado nos mostra, no entanto, que essa implementação gradual de princípios inclusivos na educação caminhou a passos lentos em algumas regiões. Importa aqui analisar, no entanto, que não podemos generalizar as experiências escolares de crianças e jovens com deficiência em um determinado período de implementação das políticas inclusivas porque cada rede de ensino foi realizando as implementações em tempos bastante distintos. Ainda hoje, pesquisas contextualizadas, que analisam em profundidade diferentes experiências escolares encontram vivências muito díspares em contextos distintos.

Quadro 4 - Adaptações

A falta de coordenação motora dificulta a escrita tradicional. A primeira adaptação que precisei fazer em meu processo de aprendizagem envolvendo a escrita foi usar materiais impressos dos conteúdos para não precisar escrever, mas ainda tinha dificuldade em fazer contas matemáticas.

Fonte: autoria própria

Acima, Augusto nos fala acerca da importância das adaptações curriculares no seu processo de aprendizagem. A legislação aponta a possibilidade de adaptação curricular (Brasil, 2001) e ainda hoje muito se discute acerca dessa questão. Em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que garante o “direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola, de estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação “ (Brasil, 2008, p. 3). Atualmente a adaptação curricular tem se materializado no Plano Educacional Individualizado (PEI), sugerido em

diferentes legislações e garantido pela Lei Brasileira de Inclusão, conhecida também como Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Brasil, 2015).

Quadro 5 – Tecnologias assistivas

Para resolver esse problema eu recebi uma chapa com uma folha de papel e vários números e letras de borracha. Com esses objetos eu aprendi a ler e a fazer contas matemáticas. Porém, à medida que os conteúdos foram se tornando mais complexos se fez necessário o uso de um equipamento que guardasse mais dados; com isso a partir da quarta série do fundamental acabei ganhando *da escola um computador antigo do laboratório de informática.*

Fonte: autoria própria

Ainda sobre a questão das adaptações curriculares que possibilitaram a Augusto a eliminação de barreiras para a sua aprendizagem e desenvolvimento é preciso olhar com atenção para o papel das tecnologias assistivas no processo de inclusão de muitos estudantes. Sem um computador em sala de aula é provável que Augusto não tivesse o mesmo desenvolvimento que foi possível com o uso dessa tecnologia. Mas as tecnologias assistivas incluem uma gama de possibilidades, sendo que muitas delas são apenas ferramentas analógicas que contribuem de modo bastante significativo para possibilitar a participação do estudante em aula e em outros casos pode se tratar de recursos tecnológicos e digitais de alta complexidade.

A tecnologia assistiva se mostra como um recurso essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, oferecendo ferramentas personalizadas que possibilitam a participação plena de pessoas com deficiência em diversas áreas da vida. Ao superar barreiras e ampliar as capacidades individuais, essa tecnologia desempenha um papel fundamental na promoção da autonomia e da igualdade de oportunidades para todos, sendo fundamental o investimento contínuo em sua pesquisa, desenvolvimento e disseminação.

Quadro 6 - Acessibilidade

Chegando nas séries finais do Ensino Fundamental, me deparei com um novo desafio: as salas de aula estavam localizadas no segundo andar. Com o meu crescimento, subir as escadas se tornou cada vez mais difícil, exigindo o apoio de minha família. Por isso, pedi para mudar para uma sala no térreo, mas encontrei resistência. Após muita insistência, consegui a transferência. A solução definitiva veio com a instalação dos elevadores, que me permitiram circular livremente pela escola.

Fonte: autoria própria

Ao ingressar nas séries finais do Ensino Fundamental, Augusto enfrentou dificuldades para acessar as salas de aula localizadas no segundo andar. Devido ao seu crescimento físico, subir escadas tornou-se uma tarefa árdua, exigindo apoio constante de familiares. Diante desse

desafio, foi solicitada a transferência para uma sala no térreo, proposta que, inicialmente, encontrou resistência por parte da gestão escolar e de alguns colegas. Após insistentes pedidos, a mudança foi concedida. No entanto, a solução definitiva para a questão da acessibilidade só ocorreu com a instalação de elevadores, que permitiram ao estudante circular livremente pela escola, eliminando a barreira arquitetônica que o impedia de acessar os andares superiores. essa acessibilidade vem revolucionou os espaços, adaptando-os para garantir a inclusão escolar de todos os estudantes. Rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização acessível transformaram escolas em ambientes mais acolhedores e equitativos, permitindo que alunos com diferentes necessidades participem ativamente das atividades escolares, superando barreiras físicas e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

5 CONCLUSÃO

A inclusão escolar no Brasil é um processo em constante construção. Embora tenhamos avançado muito nas últimas décadas, ainda há muitos desafios a serem superados. A construção de uma escola inclusiva requer o engajamento de todos os atores envolvidos: governo, escolas, famílias, profissionais da educação e sociedade em geral. É fundamental investir na formação continuada dos professores para que eles estejam preparados para atender à diversidade em sala de aula. A mudança de cultura é um processo lento e gradual, mas é fundamental para que a inclusão seja efetiva, assim como as novas leis e normativas vêm sendo aprovadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Neste estudo analisamos mais detidamente o caso de um dos autores do artigo, no entanto entendemos que a sua história guarda similaridades e também diferenças com relação às trajetórias de milhares de estudantes que tiveram sua experiência escolar transformada pelas políticas de inclusão escolar. Como pesquisadores desses processos de implementação dessas políticas, acreditamos que muitos avanços já foram possíveis nesse período de quase três décadas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases vigente (LDB 9394/96), mas ainda é preciso avançar mais. Augusto conseguiu superar barreiras e chegar ao Ensino Superior, formando-se no Curso de História no ano de 2023. Mas essa não é a realidade de todos os estudantes. Nesse sentido, seguimos assumindo um compromisso ético, político e pedagógico pela implementação das políticas inclusivas de modo que todos os estudantes possam desenvolver as suas potencialidades

em ambientes escolares acolhedores pautados em práticas cada vez mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica.** Brasília: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília: Presidência da República, 2015.

CASAGRANDE, Rosana de Castro. **O campo acadêmico da educação especial no Brasil.** Paraná: Editora UEPG, 2023.

DUARTE, Anderson Simão; HARDOIM, Edna Lopes. SIGNO IDEOLÓGICO: O SURDO DE ARISTÓTELES AO VISUAL DA CONTEMPORANEIDADE. **Revista Diálogos**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 48–63, 2016.

FAGUNDES, Flávia Maiara Lima; SOBREIRA, Silvia Garcia. Deficiência e capacitismo: o ensino e a aprendizagem musical a partir de práticas pedagógicas anticapacitistas. **Orfeu**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0114, 2023.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, *[S. l.]*, n. 10, 2013.

GUGEL, Maria Aparecida. **Interdição da pessoa com deficiência:** efeitos no contrato de trabalho. AMPID artigos, 2009, p. 1-6.

HUGO, Victor-Marie. **O corcunda de Notre-Dame.** São Paulo: Três, 1973.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 40, n. 139, p. 45-61, 2010.

MOISES, Ronaldo Rodrigues; STOCKMANN, Daniel. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. **History of Education in Latin America - HistELA**, *[S. l.]*, v. 3, p. e20780, 2020.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242–248, 2007.

PEREIRA, Jaquelline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente:: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Amapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, 2016.

SILVA, Rafael Soares; COSTA AMARAL, Carmem Lúcia. As contribuições da defectologia e da teoria histórico-cultural no Ensino de Química para o deficiente visual: Um estado da arte em teses e dissertações (2000-2019). **Communitas**, *[S. l.]*, v. 5, n. 9, p. 346-364, 2021.

STROBEL, Karin Lílian et al. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Santa Catarina, 2008.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governamento.** Curitiba: Appris, 2017.